



O papel do DRCI na implementação das sanções do Conselho de Segurança das Nações Unidas

Contribuição prática para a manutenção da paz e da segurança internacional



Foto: Arquivo DRCI

Andréa Fernanda Rodrigues Britto *

O Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) é o órgão responsável pela aplicação de sanções, que estão fundamentadas no artigo 41 da Carta da Organização das Nações Unidas (ONU) e têm o propósito de enfrentar as situações em que estejam configuradas ameaças à paz e à segurança internacional. Ademais, cabe ressaltar que as decisões emanadas do CSNU baseadas no Capítulo VII da Carta (resoluções) têm caráter obrigatório, vinculando até mesmo Estados que não são membros da ONU.

Nas primeiras décadas de atuação do CSNU, costumava-se aplicar sanções de caráter abrangente, sem que houvesse análise mais aprofundada sobre os efeitos nas populações atingidas. Predominava a ideia de que as dificuldades pelas quais os países afetados passariam seriam o bastante para que seus dirigentes fossem sensibilizados e parassem de cometer ilícitos transnacionais. Contudo, percebeu-se que havia enorme impacto humanitário decorrente da aplicação das sanções, bem como uma desproporção com respeito aos resultados obtidos. As profundas implicações sobre os direitos sociais, econômicos e culturais das populações dos Estados afetados estavam em contradição com a própria motivação da aplicação de sanções pelo CSNU, que visam melhorar as condições da nação atingida por meio da imposição do império da Lei (rule of law).

Desde a década de 1990, o CSNU tem adotado uma modalidade de sanções conhecida na literatura especializada como “sanções dirigidas” (targeted sanctions). As sanções dirigidas estão voltadas para pessoas físicas e jurídicas determinadas, as quais estão incluídas em listas consolidadas e administradas pelos treze comitês de sanções do Conselho. Deve-se sublinhar que o Conselho, nos últimos anos, tem adotado o instrumento das sanções dirigidas para atingir organizações terroristas.

Embora a adoção desse tipo de sanção tenha reduzido o impacto sobre os direitos sociais, econômicos e culturais das populações atingidas, as sanções têm sido alvo de questionamento judicial, sob a alegação de que violariam os direitos humanos, tais como o devido processo legal, liberdade de movimento, direito à honra, direito à propriedade, direito a garantias judiciais, como também a não observância dos princípios da proporcionalidade e da presunção de inocência. Haja vista que não há garantias judiciais a indivíduos no âmbito das Nações Unidas (a Corte Internacional de Justiça, principal órgão judiciário da Organização, é competente somente para julgar controvérsias submetidas por Estados), vários indivíduos têm acionado tribunais internos ou regionais para se pronunciarem sobre essas questões.

Um caso paradigmático foi o caso Yassin Abdullah Kadi, julgado pela Corte Europeia de Justiça (CEJ). A CEJ pronunciou-se no sentido de que era incompetente para

realizar o controle de legalidade de sanções do Conselho de Segurança, a não ser que houvesse conflito entre estas e normas de *jus cogens*, que são um conjunto de normas superiores que vinculam todos os sujeitos de direito internacional.

Em razão de suas atribuições como Autoridade Central brasileira para a cooperação jurídica internacional, inclusive nos aspectos relacionados ao combate à corrupção, à lavagem de dinheiro, ao crime organizado transnacional e à recuperação de ativos (estabelecidas pelo Decreto nº 8.668/2016), o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) é a autoridade designada para a implementação efetiva das sanções do Conselho, mediante a solicitação de bloqueio de bens e ativos dos indivíduos ou empresas indicadas nas resoluções daquele órgão.

Com a finalidade de internalizar o dever de cumprir com as determinações do Conselho de Segurança no ordenamento jurídico pátrio, atendendo às recomendações do Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (GAFI), foi publicada a Lei nº 13.170/2015, a qual regula a ação de indisponibilidade de bens, direitos e valores em posse ou propriedade das pessoas físicas ou jurídicas submetidas às sanções daquele órgão das Nações Unidas.

Não se deve olvidar de que o DRCI conta com parceiros importantes na efetivação da Lei nº 13.170/2015, como a Advocacia-Geral da União (AGU) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE). Em fevereiro de 2017, essa parceria foi fortalecida por meio da publicação das Portarias nº 1 e nº 2, que regulamentam os procedimentos relacionados ao bloqueio de bens e valores relacionados a atos terroristas ou ao seu financiamento no Brasil.

Entre as resoluções do Conselho de Segurança que tiveram execução recente em território nacional, pode-se citar a Resolução 2161 (2014), que trata de sanções a indivíduos, grupos, iniciativas e entidades da Al-Qaeda e associados (internalizada por meio do Decreto nº 8.521/2015), assim como a Resolução 2253 (2015), que atualiza e fortalece o regime de sanções relativa ao Estado Islâmico no Iraque e no Levante e à Al-Qaeda (internalizada por meio do Decreto nº 8.799/2016).

Por fim, deve-se destacar o papel do DRCI no combate ao terrorismo em âmbito geral, sendo o ponto focal do Estado brasileiro junto à Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (UNTOC ou Convenção de Palermo), bem como participe ativo nas discussões que resultaram na publicação da Lei nº 13.260/2016, a qual disciplina o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista.

*Andréa Fernanda Rodrigues Britto é Bacharel e Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente, é Coordenadora Substituta de Tratados e Foros Internacionais do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) da Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania (SNJ) do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Cooperação Penal

Três anos de Operação Lava Jato: desempenho da cooperação jurídica internacional

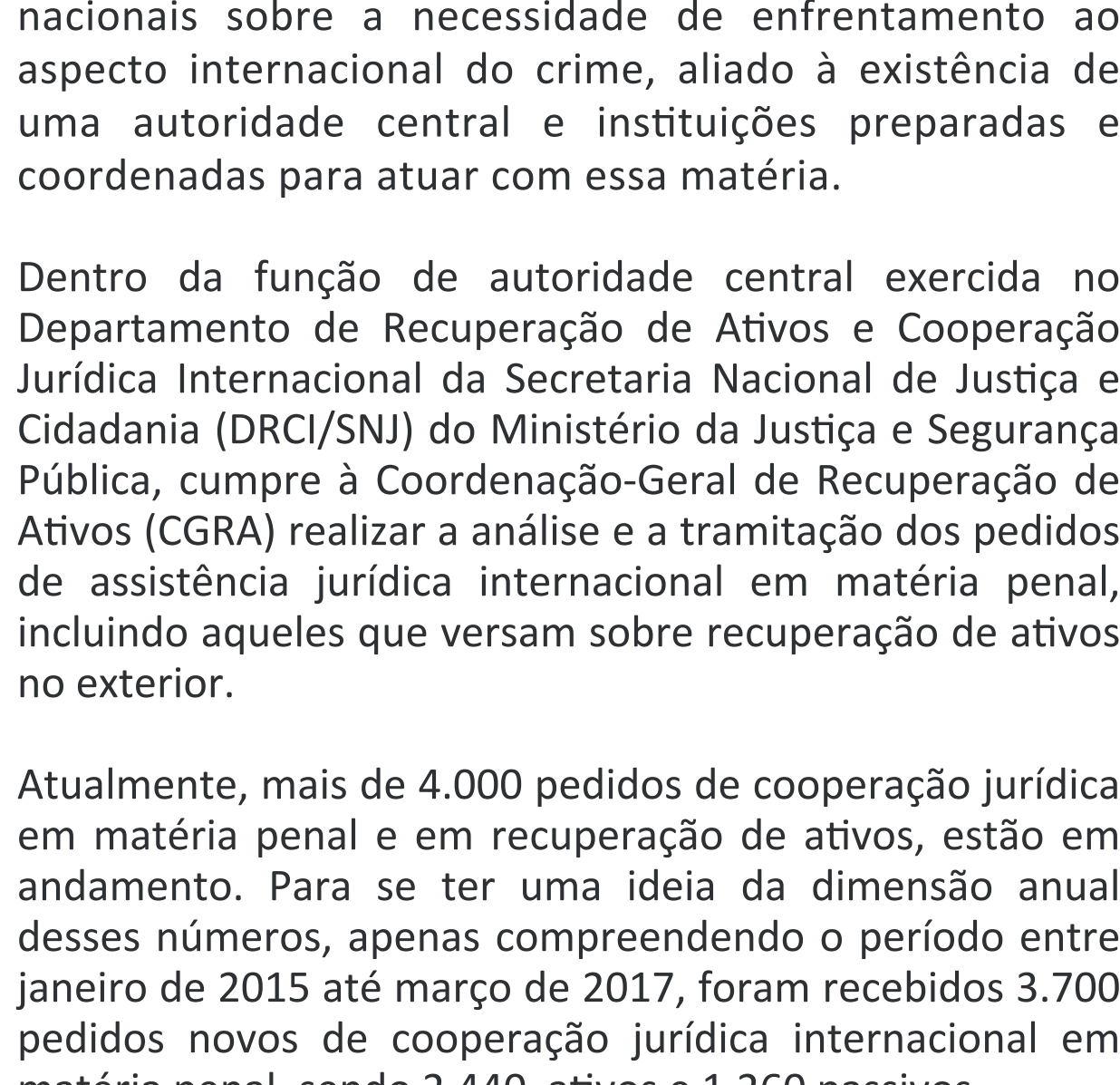


Foto: Divulgação / DRCI

No mês em que a Operação Lava Jato completa três anos e após suas 38 fases, até agora deflagradas, a maior operação policial contra a corrupção e a mais ampla investigação criminal relacionada a desvios de verbas públicas no Brasil, apresenta um fator incontestável: a forma decisiva como a cooperação jurídica internacional pode colaborar para o deslinde da autoria e materialidade de diversos crimes, representando um mecanismo de obtenção de provas processuais, fundamental para a comprovação cabal de fatos criminosos e para a recuperação de ativos ilícitos localizados no exterior.

De fato, afora todas as repercussões e desdobramentos que as investigações criminais relacionadas à Operação Lava Jato têm causado junto à sociedade e às instituições brasileiras, existe um aspecto muito revelador que vem demonstrando – na prática e de forma concreta – o aperfeiçoamento dos órgãos nacionais no combate ao crime em seu viés internacional.

Essa constatação pode ser demonstrada com um rápido panorama sobre os números e o desempenho obtido, até o presente momento, em relação aos pedidos de cooperação jurídica internacional relacionados ao tema. Estes reforçam os bons resultados que podem ser alcançados quando há conscientização das autoridades nacionais sobre a necessidade de enfrentamento ao aspecto internacional do crime, aliado à existência de uma autoridade central e instituições preparadas e coordenadas para atuar com essa matéria.

Dentro da função de autoridade central exercida no Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania (DRCI/SNJ) do Ministério da Justiça e Segurança Pública, cumpre à Coordenação-Geral de Recuperação de Ativos (CGRA) realizar a análise e a tramitação dos pedidos de assistência jurídica internacional em matéria penal, incluindo aqueles que versam sobre recuperação de ativos no exterior.

Atualmente, mais de 4.000 pedidos de cooperação jurídica em matéria penal e em recuperação de ativos, estão em andamento. Para se ter uma ideia da dimensão anual desses números, apenas compreendendo o período entre janeiro de 2015 até março de 2017, foram recebidos 3.700 pedidos novos de cooperação jurídica internacional em matéria penal, sendo 2.440 ativos e 1.260 passivos.

Dentre eles, encontram-se os pedidos de assistência jurídica internacional em matéria penal relacionados à Operação Lava Jato. Desde o início das investigações – que neste mês completam três anos – foram recebidos 166 pedidos de cooperação jurídica internacional, sendo 120 ativos e 46 passivos. Estes números não incluem pedidos sequenciais e complementares, relacionados ao mesmo processo e ao mesmo país. Caso esses pedidos sejam computados, o número total chega a quase 200 pedidos, somente nesta área.

Apesar do enfoque deste artigo estar na cooperação em matéria criminal, convém enfatizar também a existência no DRCI/SNJ de pedidos de assistência jurídica em matéria civil relacionados à Operação Lava Jato. Nessa área, até o presente momento, foram tramitados 50 pedidos de cooperação jurídica internacional, sendo 47 passivos e 3 ativos, os quais envolvem Espanha, Estados Unidos da América, Holanda e Portugal. Os pedidos passivos de cooperação em matéria civil se originaram em litígios de valores mobiliários e são destinados a pedidos de atos processuais e à obtenção de provas. Já os pedidos ativos são referentes à ação civil pública de improbidade administrativa e à ação popular e visam à comunicação de atos processuais. Da mesma forma que na área penal, estes números também não incluem pedidos sequenciais e complementares, relacionados ao mesmo processo com o mesmo país.

Assim, no total, já foram tramitados pelo DRCI 216 pedidos de cooperação jurídica internacional relativos à Operação Lava Jato. Este número supera a quantidade de 250, caso sejam computados também os pedidos sequenciais e complementares, relacionados ao mesmo processo com o mesmo país.

Voltando especificamente à área criminal, em relação às 120 solicitações ativas de assistência jurídica recebidas e analisadas pelo DRCI/SNJ, e já encaminhadas ao exterior, a

maioria foi elaborada pela Procuradoria-Geral da República (PGR), acompanhadas de outros pedidos oriundos da Polícia Federal (PF) e também da Justiça Federal. Em geral, os pedidos elaborados pela PGR e pela PF têm por finalidade a obtenção de provas diversas; quebras de sigilo bancário; buscas e apreensões e oitivas de testemunhas; bem como medidas assecuratórias e de repatriação sobre ativos localizados no exterior. Já os pedidos provenientes da Justiça Federal, em geral, têm como objetivos a realização de citações de réus; intimações e oitivas de testemunhas de defesa, que se encontram em território estrangeiro. Há ainda pedidos de extradição de pessoas investigadas encontradas e detidas em países estrangeiros. Tal fato demonstra a diversidade de demandas e necessidades que podem surgir no âmbito de uma mesma investigação de grande porte.

A Operação Lava Jato é a investigação criminal que gerou demandas para a maior diversidade de países na história do DRCI/SNJ, até o presente momento. Os pedidos ativos de cooperação jurídica em matéria penal – tramitados até o momento – foram endereçados a 37 diferentes países, quais sejam: Alemanha, Andorra, Antígua e Barbuda, Áustria, Bahamas, Canadá, China, Coreia do Sul, Curaçao, Espanha, Estados Unidos da América, França, Gibraltar, Guatemala, Holanda, Hong Kong, Ilhas de Man, Ilhas Cayman, Itália, Israel, Japão, Liechtenstein, Luxemburgo, Macau, México, Mônaco, Noruega, Panamá, Peru, Portugal, Reino Unido, República Dominicana, Rússia, Singapura, Suécia, Suíça e Uruguai.

Por outro lado, foram recebidas pelo Brasil solicitações de assistência jurídica em matéria penal oriundas de 22 países diferentes, quais sejam: Andorra, Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dinamarca, Equador, Estados Unidos da América, França, Guatemala, Holanda, Itália, Liechtenstein, México, Noruega, Panamá, Peru, Portugal, República Dominicana, Suíça, Uruguai e Venezuela. Ao todo, computando os diferentes países dos casos ativos e passivos, chega-se ao número impressionante de 44 países alcançados de alguma maneira pelas investigações.

Cumpre-se destacar aqui que a investigação criminal brasileira que mais havia gerado quantidade de pedidos de cooperação tramitados pelo DRCI, até o presente momento, foi a Operação Banestado e seus desmembramentos, havendo registros de 186 solicitações de assistência jurídica. Entretanto, no caso Banestado quase todos pedidos de cooperação foram destinados a um único país, os Estados Unidos da América. Agora, apenas com três anos de existência, a Operação Lava Jato já superou esses números, tanto em quantidade de pedidos, como principalmente pela vasta quantidade de países envolvidos, fato que tornou sua característica mais marcante no âmbito da cooperação jurídica internacional, acompanhada também da diversidade de medidas solicitadas.

Outro indicador que demonstra o aumento da efetividade e celeridade na obtenção de medidas processuais e provas no exterior refere-se aos resultados obtidos até o momento. Dentre todos os pedidos ativos e passivos de cooperação em matéria penal envolvendo a referida investigação, em 86 deles já foi possível receber restituições de diligências ou algum tipo de resposta com informações conclusivas. Desses pedidos de cooperação, 70 foram integral ou parcialmente cumpridos, 05 foram restituídos independentemente de seu cumprimento, por solicitação da própria autoridade requerente e apenas 11 não foram atendidos pelas autoridades requeridas.

Desta forma, os casos de cooperação jurídica formalizados, no âmbito da Operação Lava Jato, vêm obtendo resultados muito satisfatórios, até mesmo acima da média, se comparados ao parâmetro geral dos demais pedidos. Isso não só pela quantidade de restituições cumpridas já obtidas, mas também pelos prazos de obtenção dessas respostas, as quais, em sua grande maioria, encontram-se abaixo da média geral.

Esses dados estatísticos, além de servir como demonstração transparente da atuação do DRCI/SNJ no âmbito da cooperação jurídica nos casos da Operação Lava Jato, demonstra a possibilidade efetiva de atuação da Autoridade Central junto a países de diversos continentes, mediante a comunicação aproximada, esclarecimentos diários de detalhes para agilizar as diligências e monitoramento dos casos no exterior.

Tais resultados revelam, na prática, o amadurecimento das instituições, o eficiente trabalho e o aperfeiçoamento das autoridades nacionais que atuam com processos criminais sobre o tema da cooperação jurídica internacional, compreendida atualmente como ferramenta acessível e cada vez mais eficiente para o combate internacional ao crime e para a realização da justiça.

Ademais, essa conscientização dos órgãos nacionais é reforçada também pela atuação proativa do DRCI/SNJ, que atuando na qualidade de Autoridade Central para os pedidos de cooperação jurídica, vem acompanhando e monitorando esses casos por setor especializado, realizando contatos próximos com as autoridades centrais dos países estrangeiros e coordenando-se internamente com os órgãos nacionais requerentes.

Lembram também as autoridades estadunidenses que, nos termos do 28 U.S.C. § 1782(a), qualquer parte interessada pode solicitar a uma Corte Distrital daquele país que seja designada “commissioner”, com poderes para compeli a produção de provas naquele país para utilização em processo judicial estrangeiro. Estes pedidos devem ser feitos diretamente pelas partes interessadas ou pelos seus procuradores, não havendo participação das autoridades centrais de qualquer dos países envolvidos.

O Cooperação em Pauta voltará a este assunto, mas adiantamos desde já que mais informações podem ser obtidas no sítio eletrônico do Departamento de Justiça dos EUA. A qualquer momento, dúvidas sobre casos específicos podem ser esclarecidas por meio do correio eletrônico cooperaociivil@mj.gov.br.

Cooperação Civil

EUA - Informações Sobre a Cooperação Civil (1ª Parte)

Publicaremos, a partir desta edição, uma série de informações sobre particularidades da cooperação jurídica internacional em matéria civil prestada pelos Estados Unidos da América - EUA.

O Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania – DRCI/SNJ é a Autoridade Central para a maioria dos tratados aplicáveis à cooperação em matéria civil e também para os casos que tramitam com base em promessa de reciprocidade, nos termos do § 4º do artigo 26 do Novo Código de Processo Civil.

No exercício do seu papel de Autoridade Central, o DRCI/SNJ se corresponde com o Departamento de Justiça estadunidense, o qual fornece, em casos específicos e em geral, informações sobre as práticas daquele país. Segue a primeira parte da compilação de tais informações, complementadas por outras decorrentes da prática desta Autoridade Central.

COMUNICAÇÃO DE ATOS PROCESSUAIS – Os EUA são parte da Convenção Interamericana sobre Cartas Rogatórias (Decreto nº 1.899/96) e do seu Protocolo Adicional (Decreto nº 2.022/96). Os pedidos de comunicação de atos processuais devem ser feitos nos formulários previstos no referido Protocolo, observados os termos da Convenção e da Portaria Interministerial nº 501/2012. O Departamento de Justiça dos EUA lembra que os pedidos feitos com base na referida Convenção (e no seu Protocolo) não são sujeitos ao pagamento de taxas.

OBTENÇÃO DE PROVAS (1ª Parte) – Cartas rogatórias para a obtenção de provas nos EUA devem seguir os requisitos da Portaria Interministerial nº 501/2012 e devem conter os nomes das partes e uma descrição “suficientemente detalhada” da natureza do respectivo processo judicial.

Nos casos em que se procure obter prova documental, o pedido deve conter uma descrição dos documentos que seja suficiente para que a autoridade rogada os identifique. Já nos casos de oitiva de testemunhas, o pedido deve conter o seu nome e os dados de contato, além da lista de

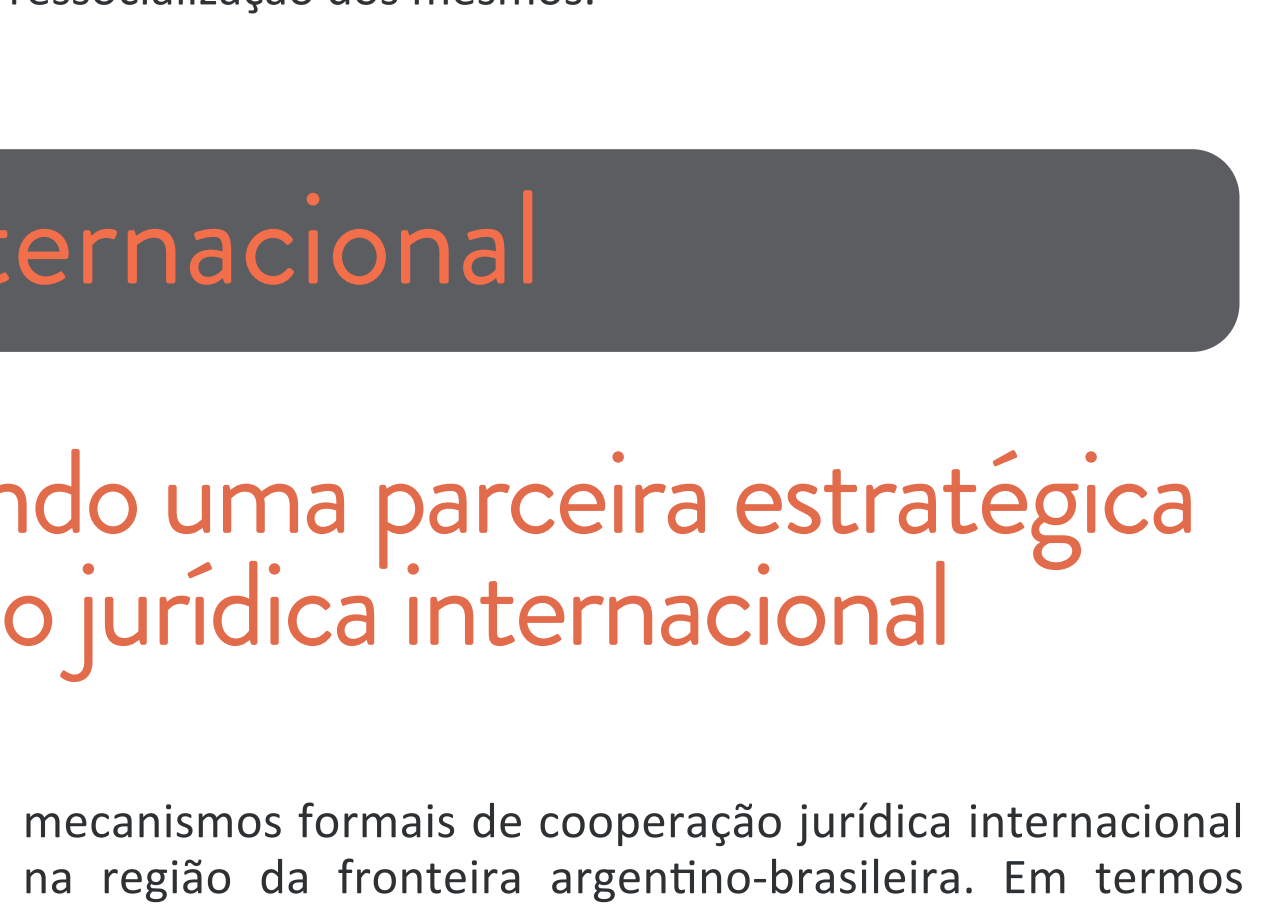


Foto: Freepik.com

questões a serem feitas e de informação sobre eventuais instruções da autoridade requerente, como aquelas sobre possíveis imunidades.

As autoridades dos EUA informam que o seu método de obtenção de testemunhos se dá por meio de interrogatórios respondidos por escrito, a não ser que a autoridade requerente solicite especificamente um “deposition”, o qual se dá com a presença física da autoridade estrangeira. É possível, no entanto, que a autoridade requerida entenda ser necessário o pagamento das custas adicionais correspondentes.

Lembram também as autoridades estadunidenses que, nos termos do 28 U.S.C. § 1782(a), qualquer parte interessada pode solicitar a uma Corte Distrital daquele país que seja designada “commissioner”, com poderes para compeli a produção de provas naquele país para utilização em processo judicial estrangeiro. Estes pedidos devem ser feitos diretamente pelas partes interessadas ou pelos seus procuradores, não havendo participação das autoridades centrais de qualquer dos países envolvidos.

O Cooperação em Pauta voltará a este assunto, mas adiantamos desde já que mais informações podem ser obtidas no sítio eletrônico do Departamento de Justiça dos EUA. A qualquer momento, dúvidas sobre casos específicos podem ser esclarecidas por meio do correio eletrônico cooperaociivil@mj.gov.br.

Extradição e Transferência de Pessoas Condenadas

Cooperação entre o DRCI e os Consulados na transferência e ressocialização dos presos estrangeiros

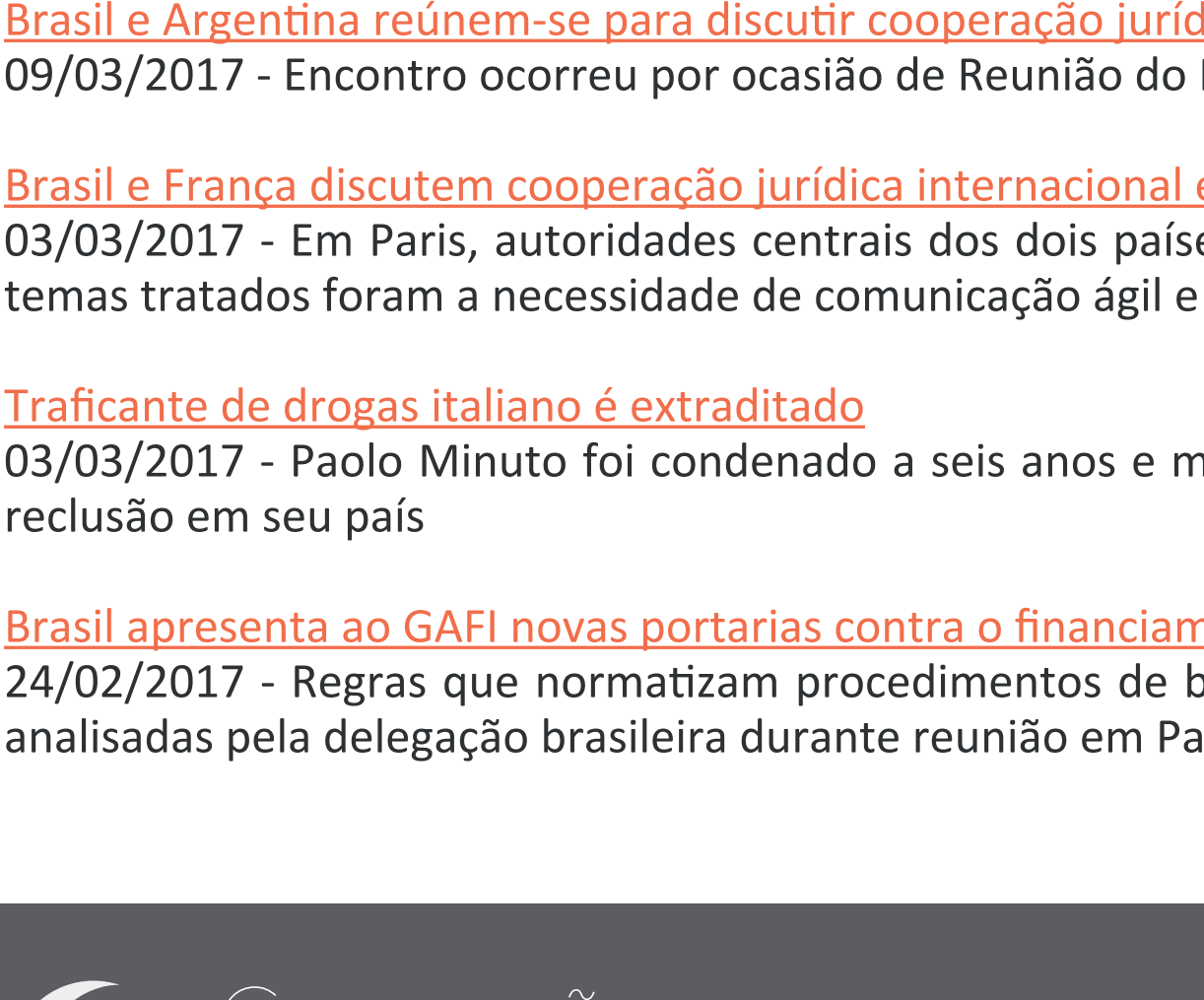


Foto: Freepik.com

Localizada em Itai/SP, a 290 quilômetros da Pira, a penitenciária denominada “Cabo Polmarcelo Cires da Silva”, também conhecida como Penitenciária de Itai, destina-se exclusivamente, desde outubro de 2006, ao recebimento de presos estrangeiros do sexo masculino.

Essa casa de custódia entrou em funcionamento em agosto de 2000 e, antes de ser transformada em penitenciária para estrangeiros, abrigava, em sua maioria, acusados de crimes sexuais. A mudança ocorreu após a realização de estudos pela Secretaria da Administração Penitenciária de São Paulo, através dos quais se concluiu haver a necessidade de se destinar um só estabelecimento para abrigar presos estrangeiros, com o objetivo de lhes prestar a devida assistência, entendendo-se que o melhor local seria aquele estabelecimento prisional, pelo fato de possuir disposição física adequada e também por contar com corpo funcional melhor preparado para trabalhar com esse perfil diferenciado de preso.

Atualmente, o presídio tem capacidade para 1294 presos, abrigando 882 reclusos em regime fechado. A ala de progressão penitenciária comporta 324 presos, com a população de 278 condenados.

A unidade penitenciária foi adaptada para receber os estrangeiros e possui uma biblioteca, com um acervo de 21 mil livros em 38 idiomas, para que eles não percam o contato com a sua cultura.

A maioria dos estrangeiros é oriunda da Nigéria, Bolívia, Peru, Colômbia, Paraguai, Portugal e Espanha, tendo sido presa por tráfico de substâncias entorpecentes.

Apesar da boa estrutura apresentada pela Penitenciária de Itai, há um grande problema enfrentado por esses presos estrangeiros, que é a reinserção na comunidade, haja vista não se encontrarem fisicamente adequados a pena próxima à sociedade de que são parte.

Resalta-se que os Consulados têm papel de suma importância no auxílio na ressocialização desses presos, realizando visitas periódicas ao presídio e oferecendo assistência aos reclusos e a seus familiares.

Além do auxílio consular, a transferência de pessoas condenadas é outra maneira de facilitar a ressocialização de presos estrangeiros, na medida em que possibilita o cumprimento de parte da sanção imposta pela Justiça brasileira no território do país de origem dos reclusos, para que lá efetivamente voltem ao convívio social.

O procedimento de transferência de pessoas condenadas é realizado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, Autoridade Central na matéria, por meio do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional.

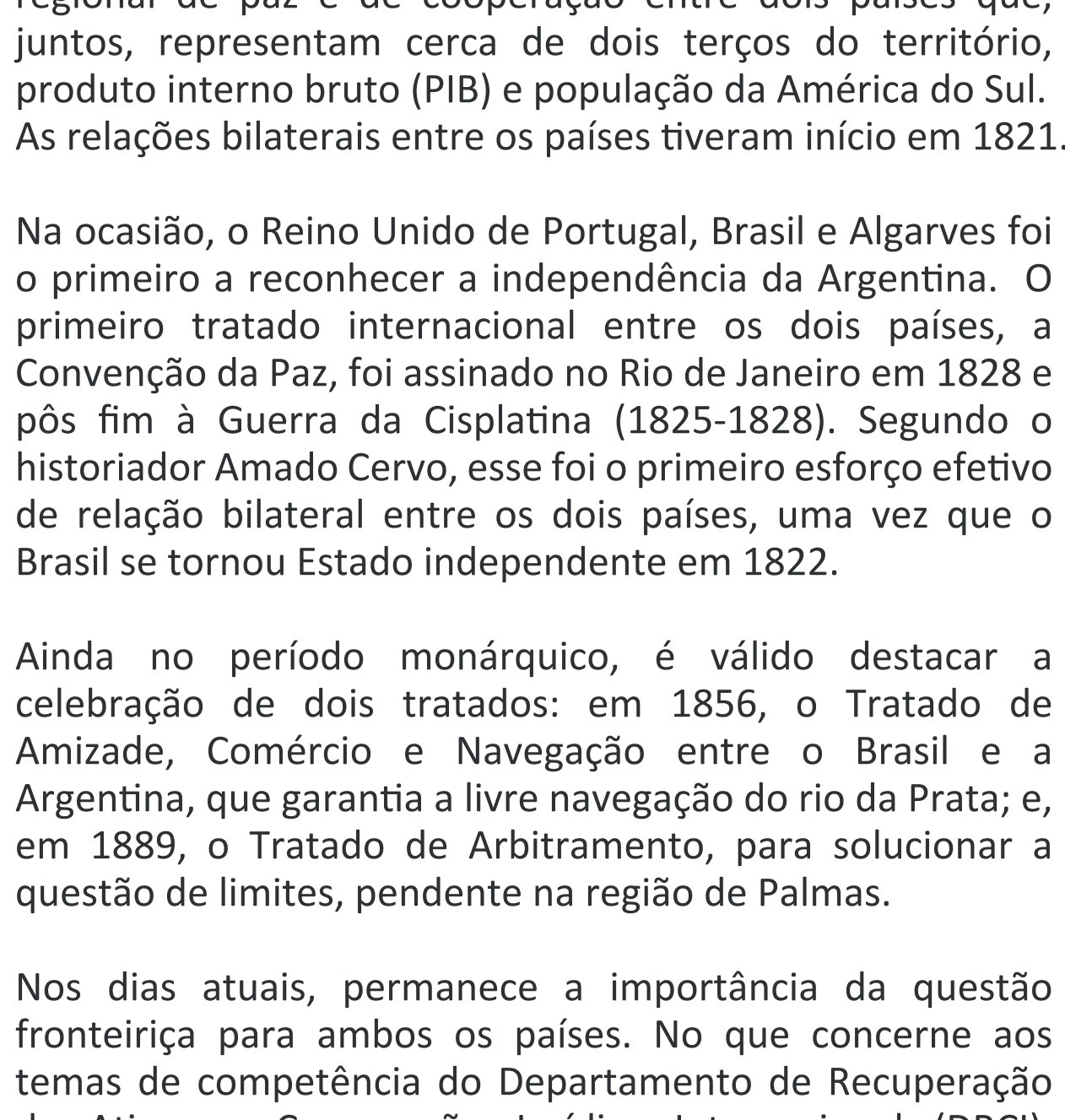
Desde 2009, 55 estrangeiros que estavam reclusos na Penitenciária de Itai foram transferidos aos seus países de origem, sendo 36 para a Espanha, 12 para o Reino Unido, 4 para Portugal, 1 para o Chile, 1 para a Holanda e 1 para o Paraguai.

O grande número de espanhóis e britânicos transferidos aos seus países de origem reflete a efetiva atuação dos respectivos Consulados, que auxiliam o DRCI na agilização dos trâmites procedimentais necessários à concretização dos traslados.

Destarte, resta claro a necessidade e a importância da cooperação entre os Consulados e o DRCI a fim de expandir a aplicabilidade da transferência de pessoas condenadas, para que um maior contingente de condenados estrangeiros possa ser beneficiado pela medida, que ensejará na ressocialização dos mesmos.

Atuação Internacional

Brasil e Argentina: fortalecendo uma parceira estratégica por meio da cooperação jurídica internacional



Unindo-se ao território nacional por uma linha de fronteira que se estende por 1261 quilômetros, a República Argentina é um dos principais parceiros políticos e econômicos do Brasil. Além de caracterizarem-se pela lógica Sul-Sul, as trocas estão inseridas em um contexto de compartilhamento de valores e de estratégias regionais, com destaque para a atuação no âmbito do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), em que ambos são Estados fundadores. Assim, a construção de uma relação política de confiança contribui para a constituição de um espaço regional de paz e de cooperação entre dois países que, juntos, representam cerca de dois terços do território, produto interno bruto (PIB) e população da América do Sul.

As relações bilaterais entre os países tiveram início em 1821. Na ocasião, o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves foi o primeiro a reconhecer a independência da Argentina. A Convenção da Paz, foi assinado no Rio de Janeiro em 1828 e pôs fim à Guerra da Cisplatina (1825-1828). Segundo o historiador Adhemar Cervo, esse foi o primeiro esforço efetivo de relação bilateral entre os dois países, uma vez que o Brasil se tornou Estado independente em 1822.

Ainda no período monárquico, é válido destacar a celebração de dois tratados: em 1856, o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e a Argentina, que garantia a livre navegação do rio da Prata; e, em 1889, o Tratado de Arbitramento, para solucionar a questão de limites, pendente na região de Palmas.

Nos dias atuais, permanece a importância da questão fronteiriça para ambos os países. No que concerne aos temas de competência do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), sabe-se que há grande dificuldade para utilização dos

mecanismos formais de cooperação jurídica internacional na região da fronteira argentino-brasileira. Em termos gerais, o DRCI é favorável ao estabelecimento do Registro Prévio nas áreas de fronteira do Brasil com os outros países sul-americanos, o que permite a agilização da cooperação e pode dispensar a tramitação da documentação física ou até mesmo eletrônica entre as autoridades requerente, requerida e as suas respectivas autoridades centrais. Assim, cabe às autoridades centrais determinar o grau de avanço já existente na cooperação bilateral em determinadas circunstâncias e modular a necessidade ou não de receber previamente cópia eletrônica da documentação em determinados casos, de determinadas autoridades, de determinados locais ou em âmbito geral nas regiões fronteiriças.

Deve-se destacar, igualmente, o papel da Comissão Mista Brasileira – Argentina sobre Drogas e Temas Conexos em avançar as principais questões pendentes do relacionamento bilateral com relação à segurança pública. A primeira reunião da Comissão Mista foi realizada em agosto de 2005 e teve seu escopo limitado à questão das drogas. Já a segunda reunião, prevista para ser realizada nos dias 26 e 27 de abril de 2017 em Brasília, trabalhará com discussões mais amplas referentes aos temas conexos, entre os quais se encaixa a cooperação jurídica internacional.

Além disso, o Brasil tem dado enfoque à retomada da negociação do acordo de cooperação jurídica em matéria penal com a Argentina, bem como na renovação do acordo de extradição, o qual data de 1968. Tal iniciativa é fundamental para aprimorar a parceria entre os dois países, haja vista a existência de volume expressivo de pedidos ativos (pedidos de cooperação jurídica internacional no qual o Brasil é demandante) e passivos (pedidos de cooperação jurídica internacional no qual o Brasil é demandado). Cabe também ressaltar que a autoridade central brasileira (DRCI) e a autoridade central argentina (Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto) possuem proximidade e trabalham conjuntamente, havendo acompanhamento de relevantes casos de cooperação jurídica internacional, os quais exigem colaboração e coordenação de ambos os países.

A partir das movimentações recentes entre os países, espera-se o estreitamento de laços e o aperfeiçoamento da relação entre o Brasil e a Argentina no que tange à cooperação jurídica internacional, sendo a aproximação crescente entre os dois países benéfica para as suas respectivas populações, com decorrência da ampliação efetiva do acesso à justiça na esfera bilateral.

Notícias de Cooperação Jurídica Internacional

Brasileiros foragidos retornam ao país após extradição

17/03/2017 - dois brasileiros foragidos da Justiça retornaram ao país para cumprimento de suas penas

Brasil extradita italiano condenado por favorecer migração ilegal

03/03/2017 - Mirco Folli também foi condenado a 10 anos em seu país por exploração da prostituição, porte ilegal de armas e crime financeiro

Brasil e Argentina reúnem-se para discutir cooperação jurídica internacional em matéria penal

09/03/2017 - Encontro ocorreu por ocasião de Reunião do Mercosul, realizada em Buenos Aires, Argentina

Brasil e França discutem cooperação jurídica internacional em matéria penal

03/03/2017 - Em Paris, autoridades centrais dos dois países debateram a otimização da cooperação jurídica penal. Outros temas tratados foram a necessidade de comunicação ágil e peculiaridades do sistema jurídico

Traficante de drogas italiano é extraditado

03/03/2017 - Paolo Minuto foi condenado a seis anos e meio de reclusão e irá cumprir ainda cinco anos e nove meses de reclusão em seu país

Brasil apresenta ao GAFI novas portarias contra o financiamento do terrorismo

24/02/2017 - Regras que normatizam procedimentos de bloqueio de bens e valores de condenados por terrorismo foram analisadas pela delegação brasileira durante reunião em Parisreclusão em seu país

Equipe de Edição: Fabiana Queiroz e Beatriz Amorim
Revisão: Adriel Ferraz, Camille Bortotto
Diagramação: Guilherme Adriel e Sarah Doria
Endereço: SCN Quadra 06, Bloco A, 4º andar
70715-900 Águas Nove - Brasília/DF
Contatos: (61) 2025-8900 | drci@mj.gov.br

O "Cooperação em Pauta" é uma produção da equipe do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania do Ministério da Justiça e Segurança Pública

DEPARTAMENTO DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

